

**OS SENTIDOS DO TRABALHO NA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL:  
A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GERAÇÃO DE  
RENDA DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE**

SHIRLEY ALVES DOS SANTOS

[shirleybea2@gmail.com](mailto:shirleybea2@gmail.com)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Brasil

LEORNARDO CARNUT

[leonardo.carnut@gmail.com](mailto:leonardo.carnut@gmail.com)

Universidade de São Paulo - USP

Brasil

## RESUMO

Com o movimento da Reforma Psiquiátrica criou-se os serviços substitutivos na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS para as pessoas com sofrimento psíquico. Tem como um dos seus eixos o trabalho como um instrumento de reabilitação psicossocial, reinserção social e cria novas inscrições da loucura na cultura e na cidadania. No entanto, existem alguns questionamentos em relação a forma como vem sendo realizadas as tentativas de trabalho vinculadas aos serviços da saúde mental, se tem possibilitado a reinserção social desses indivíduos, bem como até que ponto está conseguindo transpor o trabalho terapêutico e assistido. Neste sentido, esse trabalho proporcionou uma reflexão sobre o conceito do trabalho emancipado, levando em consideração os princípios da Economia Solidária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e que tem como objetivo analisar os sentidos do trabalho para os(as) participantes da Pesquisa Ação que fazem parte do Projeto Geração de Renda da região metropolitana de Recife/PE. Os resultados deu-se que os sentidos encontrados no discurso das participantes se baseiam em diferentes concepções, mas sobretudo o sentido do trabalho é percebido para suprir as necessidades da sobrevivência humana, e desta maneira, é tido como potencialidade para a reprodução da vida. No entanto, ainda está no âmbito do trabalho protegido e terapêutico ao invés do trabalho emancipado. O processo de reabilitação psicossocial para pessoas com experiência na loucura com a perspectiva do trabalho precisa ir além de gerar renda, quando atrelada ao trabalho emancipado, promove a participação democrática e constrói cidadania, autonomia e coletividade. Dessa forma, há um terreno fértil para a construção de novas relações consigo e com os outros pautadas nos princípios do movimento da Economia Solidária.

**Palavras Chaves:** Reabilitação Psicossocial; Trabalho; Economia Solidária

## ABSTRACT

*With the Psychiatric Reform movement, substitutive services it was created in the Psychosocial Care Network (RAPS) for people with psychic suffering. Work it has as one of its axes as an instrument of psychosocial rehabilitation, social reintegration and creates a new inscriptions of madness in culture and citizenship. However, there are some questions about the way in which the work's attempts to linked to mental health services have been made, whether it has made possible the social reintegration of these individuals and the extent to which they are able to transpose the therapeutic and assisted work. In this sense, this article provided a reflection on the concept of emancipated work, taking into account the Solidary Economy's principles. This is a qualitative research that aims to analyze the meanings of the work for the Action Research's participants that are part of the Income Generation Project of the metropolitan region of Recife / PE. The results were given that the senses found in the discourse of the participants are based on different conceptions, but above all the sense of work is perceived to meet the needs of human survival, and in this way, is considered as potential for the reproduction of life. However, it is still within the scope of protected and therapeutic work rather than emancipated work. The process of psychosocial rehabilitation for people with experience in madness with the perspective of work must go beyond generating income, when linked to emancipated work, promotes democratic participation and builds citizenship, autonomy and collectivity. In this way, there is a fertile ground for the construction of new relations with himself and with others based on the of the Solidarity Economy's principles movement.*

**Key Words:** Psychosocial Rehabilitation; Work; Solidarity Economy

## INTRODUÇÃO

Os movimentos da reformas psiquiátrica brasileira, concebem a pessoa em sofrimento psíquico como sujeito desejante que participa politicamente e constrói projetos, ou seja, um sujeito capaz de se inserir na sociedade e no mundo do trabalho. Entretanto, o trabalho como possibilidade de inserção do louco no mundo do intercâmbio, ou em outras palavras, das trocas simbólicas que produzem e reproduzem sua vida é recente, tanto nos documentos relacionados à reforma psiquiátrica como no cotidiano da maioria dos serviços de saúde mental no Brasil (ANDRADE, 2013).

Além disso, as transformações em curso no mundo do trabalho desde o final do século XX colocaram uma grande parte da população economicamente ativa em situação de subemprego promovendo profundos impactos na saúde mental dos trabalhadores assalariados. É nesse contexto brasileiro, que o movimento de ruptura com o modo de produção capitalista denominado economia solidária, pautado por valores de autogestão e de solidariedade nas relações de trabalho tem como centralidade o ser humano, a natureza e a relação de sustentabilidade entre ambos (ANDRADE, 2013).

A ‘centralidade do trabalho’, como categoria comum entre Saúde Mental e Economia Solidária, parece ser uma ideia que favorece o diálogo entre esses dois marcos teóricos e suas respectivas políticas públicas. Nesse sentido, a ideia foi discutir as dimensões da categoria ‘trabalho’ como recurso terapêutico, como direito humano, como produtor de subjetividades e como possibilidade concreta de cidadania e emancipação (ANDRADE, 2013).

A inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária se constitui em um novo passo no processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Esta articulação, apesar de poucos registros no âmbito da literatura científica nacional, vem ganhando força mediante uma série de articulações entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho, fortalecidas na realização da “Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental” ocorrida em novembro de 2004 (FILIZOLA, 2010).

Assim, este trabalho teve como objetivo geral: analisar os sentidos do trabalho para os participantes do Projeto Geração de Renda (PGR) do município de Camaragibe/PE. E, os objetivos específicos foram: a) Caracterizar o perfil social das pessoas entrevistadas desta pesquisa; b) Descrever e analisar as narrativas dos participantes do PGR.

Acredita-se que este trabalho pode contribuir para os profissionais, usuários e familiares da saúde mental compreenderem e ressignificar a importância do trabalho para o processo de reabilitação psicossocial e para a reinserção social.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O Trabalho e sua contribuição para a Saúde Mental**

Os ideários da luta pela reforma psiquiátrica no Brasil nascem com o Movimento da Reforma Sanitária na década de 1970. Mas, apenas em 2001, foi aprovada a lei 10.216 proposta pelo deputado Paulo Delgado (PT/MG) que privilegia o tratamento em serviços de atenção psicossocial em base comunitária dispondo da proteção e do direito às pessoas com sofrimento psíquico (ANDRADE, 2013). Como consequência, as transformações do modelo de cuidado em saúde mental incitaram a necessidade do desenvolvimento de uma nova prática, marcada pelo princípio do território, ou seja, um cuidado que tem como horizonte a afirmação dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico, na disponibilização de uma rede de serviços.

Sendo assim, foi publicada a Portaria nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoa com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (BRASIL, 2011).

A questão do trabalho é um dos eixos da reforma psiquiátrica brasileira junto à retaguarda assistencial proporcionada pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), porém, a relação entre ‘loucura-trabalho’ sofreu várias mudanças ao longo da História, tanto nas concepções a ela atribuída como nas práticas produzidas a partir dessas concepções. Na assistência leiga das instituições filantrópicas, o trabalho teve a função de auxiliar de manutenção da ordem social e econômica; no nascimento da psiquiatria, com o tratamento moral e asilar, teve uma função disciplinadora com o intuito de curar a loucura por meio da docilização dos corpos (FOUCAULT, 2003).

No Brasil, nas Colônias Agrícolas da década de 1920, era uma imposição terapêutica do tratamento moral. Na década de 1940, a terapêutica ocupacional de Nise da Silveira via o trabalho como um recurso terapêutico tão importante como os demais. Na reforma psiquiátrica, a partir da década de 1980, inspirada sobretudo na reforma psiquiátrica italiana, o trabalho passa a ser um instrumento de reabilitação e de

(re)inserção social, e cria novas inscrições da loucura na cultura e na cidadania (GUERRA, 2008).

Nesse contexto, as mudanças relacionadas à maneira de se referir ao louco aconteceram na medida em que se percebeu a importância da desconstrução do estigma de que o louco é um sujeito incapaz tanto de governar sua vida como de trabalhar. Os movimentos de reformas psiquiátricas que aconteceram em vários países visavam justamente modificar a forma de tratamento destinado aos sujeitos da experiência da loucura, eliminando gradualmente o internamento pela construção de dispositivos na comunidade substitutivos à lógica manicomial e procurando a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial (ANDRADE, 2013).

A reabilitação psicossocial é compreendida como processo facilitador da restauração do indivíduo com limitações, no melhor nível possível, da autonomia e do exercício de suas funções na comunidade (FILIZOLA, 2010). É no componente da reabilitação psicossocial que encontramos espaço para refletir sobre a inclusão social, particularmente por meio do trabalho, questão ainda pouco discutida no campo da saúde mental.

É nesse cenário do trabalho enquanto produção de valor e de contratualidade social que a reabilitação psicossocial se insere. Definida como um conjunto de estratégias direcionadas a aumentar as possibilidades de trocas, valorizando o sujeito e seu contexto. Saraceno (1996) propõe uma abordagem focada nos três grandes cenários: moradia, rede social e trabalho com valor social, buscando o poder contratual das pessoas em sofrimento psíquico, com vistas a ampliar a sua autonomia.

Todavia, de acordo com Zambroni de Souza (2006), os usuários dos serviços de saúde mental querem muito mais do que o acesso terapêutico, querem ter o direito ao trabalho e, com ele, a possibilidade de reconhecimento, de autonomia e de remuneração e, por conseguinte, que sejam tratados como sujeitos de direitos. Entretanto, o autor questiona se as tentativas de trabalho vinculadas aos serviços de saúde mental têm possibilitado a reinserção desses indivíduos ao mercado de trabalho, se elas transpõem de fato a atividade ocupacional, cuja função é estritamente terapêutica.

### **O trabalho como constituidor do ser social e a Economia Solidária**

O trabalho faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, é a categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social. Além de ser reconhecido como a base da atividade econômica, o trabalho torna possível a produção

de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social (NETO; BRAZ, 2011).

A comunicação é tão necessária porque leva em conta que o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver, ou de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. O trabalho é, sempre, **atividade coletiva**, seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas carece sempre de um conjunto de outros sujeitos. Essa inserção não só a coletivização de conhecimento, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denomina de **social**. Foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distintivo do ser natural (orgânico e inorgânico): **o ser social** (NETTO; BRAZ, 2011).

Em sociedades capitalistas, o trabalho assume a competitividade, que é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas; gerando o aumento dos trabalhadores que vivenciam as condições de (sub)desemprego, os excluídos<sup>1</sup>, e parte constitutiva crescente do desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, em função da lógica destrutiva que preside seu metabolismo (ANTUNES, 2010).

É nesse contexto socio-histórico que surge a economia solidária, que, segundo Singer (2003), é compreendida como um conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento da economia solidária no Brasil acontece a partir da década de 1980 com a contrarrevolução neoliberal. O aumento dos níveis mundiais de desemprego nas últimas décadas do século XX teve como uma de suas principais consequências o incremento do trabalho informal como geração de renda, de sobrevivência material e de manutenção de espaços de trabalho, mesmo em condições precárias. Como outra forma de organizar o trabalho através da autogestão e da

---

<sup>1</sup> O conceito de exclusão seria o descompromisso político com o sofrimento do outro e a introdução da ética e da subjetividade na análise sociológica da desigualdade social para além das interpretações legalistas e minimalistas de inclusão, como as baseadas em justiça social e restritas à crise do Estado e do sistema de empregabilidade (SAWAIA, 2006).

solidariedade, a economia solidária emerge como estratégia coletiva de alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho (ANDRADE, 2013).

Além disso, também vale ressaltar que a concepção de Economia Solidária das educadoras populares em economia solidária do Nordeste, ao fazer a crítica ao projeto hegemônico de desenvolvimento no país e a visão de querer resumir as iniciativas da economia solidária apenas numa perspectiva de gerar trabalho e renda. Articulando a concepção de economia solidária enquanto ação política, ao questionar as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem tanto na própria produção/comercialização, quanto nas relações sociais, culturais entre as pessoas e as organizações (DUBEUX, 2012).

Por isso, reconhecemos o conceito de ‘trabalho emancipado’ (cooperativo, solidário e autogestionário – como contraponto ao conceito de ‘trabalho explorado’) é caracterizado por uma perspectiva ontológica do trabalho, pela qual se pretende superar sua condição de mera garantia da sobrevivência material, retomando sua condição de satisfazer as necessidades humanas de vida, comunidade, reciprocidade e solidariedade (ARRUDA, 2003). Considera-se ser essa a concepção de trabalho que pode contribuir com a articulação entre a saúde mental e a economia solidária produzindo uma necessária reflexão e mudança sobre as concepções de trabalho terapêutico, trabalho assistido e trabalho protegido, ainda vigentes nos dispositivos de saúde mental no Brasil (ANDRADE, 2013).

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Trata-se de um estudo inserido nos pressupostos do método qualitativo na área de saúde mental com foco na interface da Saúde Mental e a Economia Solidária visando à política de inserção e reabilitação psicossocial através da geração de renda e trabalho na rede de atenção psicossocial do município de Camaragibe, Pernambuco.

Esta pesquisa foi realizada no Projeto Geração de Renda (PGR), na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de um município do município de Camaragibe, Pernambuco. Ressaltou-se o potencial desse serviço em proporcionar novos circuitos para pessoas com sofrimento psíquico, possibilitando o desenvolvimento de técnicas e habilidades que possam resultar em trabalho e renda. Compreendendo a importância desse dispositivo previsto na Rede de Atenção Psicossocial e sua pouca disseminação no país, assim como no Estado de Pernambuco.

Iniciado em 2005 a partir dos grupos de terapia ocupacional do CAPS II, o Projeto Geração de Renda, tem como objetivo geral “promover a inclusão das pessoas com sofrimento ou transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas no mercado de trabalho, estimulando o potencial criativo, a solidariedade e a autoestima através da produção artesanal e outras atividades afins” (CAMARAGIBE, 2013).

O PGR existe em espaço próprio e é financiado pelas vendas de seus produtos, doações e pela verba aprovada pelo Ministério da Saúde. No quadro profissional está previsto a contratação de cinco arte educadores, porém, atualmente conta com apenas uma arte educadora e uma profissional de serviços gerais. As oficinas deveriam funcionar sob a supervisão de profissional de nível superior que no momento não compõe o quadro de funcionários.

Através da confecção de produtos artesanais, negociação e divulgação dos mesmos em feiras e eventos, acredita-se ser possível mostrar à comunidade a possibilidade do resgate da autonomia e a convivência com pessoas com sofrimento psíquico (CAMARAGIBE, 2013). Em sua concepção, o Projeto lida ainda com princípios como formação de vínculo, fortalecimento de autoestima, desenvolvimento afetivo, capacidade criativa e ressocialização.

Neste trabalho foram entrevistadas 8 participantes do PGR. E, que em sua maioria as participantes do PGR foram encaminhados pelos CAPS, alguns da Residência Terapêutica e outros da Unidade de Saúde da Família.

Foi utilizada a técnica de entrevista em profundidade (entrevista narrativa), para produzir os dados referentes à experiência haja vista que esta forma de entrevista aberta é bastante flexível, ajudando a explorar sentidos e significados do processo em curso, não havendo sequência predeterminada de questões ou parâmetros de respostas (DUARTE, 2005).

A análise foi feita através na Análise de Discurso, filiada à escola francesa, que possui uma base epistemológica do construcionismo social e possui as seguintes características chaves: 1) A postura crítica com respeito ao conhecimento dado; 2) O reconhecimento de que as maneiras de como nós normalmente compreendemos o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas; 3) A convicção de que o conhecimento é socialmente construído; 4) O compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos, a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas estão ligados a ações/práticas (GILL apud BOGDAN; BIKLEN, 2010).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Descrição das participantes da pesquisa ação do Projeto Geração de Renda - PGR**

A grande maioria dos alunos e alunas do PGR são mulheres. Sendo assim, este trabalho que foi realizada de março a abril de 2016 onde foram realizadas 8 entrevistas, que foram 7 mulheres e 1 homem. Por isso, neste trabalho, escrevemos no gênero feminino quando nos referimos as pessoas entrevistadas e participantes do PGR. A faixa etária variou entre 38 a 72 anos no geral, com uma predominância na faixa etária entre 40 a 50 anos.

Com relação à religião, as participantes declararam serem evangélicas ou católicas, e apenas duas sem religião. Quanto à cor, foram citadas as cores negra, parda, branca e morena, a maioria se autodeclarou da cor morena.

O tempo que essas pessoas fazem parte do PGR variou entre 3 meses a 10 anos, o que demonstra ser um grupo bastante heterogêneo quanto a vivência no projeto. Em sua maioria as participantes foram encaminhadas pelo CAPS, algumas da Residência Terapêutica, outras de Unidade de Saúde da Família. Ressalta-se que havia duas trabalhadoras da Rede, uma cuidadora da Residência Terapêutica e outra arte-educadora do PGR.

Com relação à escolaridade, variou entre pessoas que não são alfabetizadas, e as que frequentaram a escola, algumas concluíram o ensino fundamental e outras o ensino médio. Em relação a renda, a maioria das participantes tem o salário mínimo como renda familiar, da qual vivem essas pessoas, sejam aposentadas, beneficiárias de programas sociais ou rendimento mensal da venda dos produtos que comercializam.

### **O Trabalho e seus diferentes sentidos**

O trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, contribuindo para a constituição de sua identidade, influenciando a percepção sobre si mesmo e sobre o mundo. Nos relatos das participantes da pesquisa, por exemplo, percebemos que ao realizar as atividades de trabalho trazia a possibilidade de se obter o reconhecimento, de se sentir parte de um grupo.

Assim, o trabalho é uma ação humana e coletiva que constitui o ser social. Desta maneira, foram identificados várias ações e atividades de trabalho pelas participantes do Projeto Geração de Renda (PGR), as quais foram: auxiliar de cargas e descargas;

cuidadora de residência terapêutica; arte-educadora; vendedora de quitanda. Trabalho enquanto arte disse a participante 2: *“Faço teatro, canto e sou atriz”*.

Muito problematizado foi a atividade de dona de casa, colocado pela participante 3: *“Não trabalho, só faço o serviço de casa”*. Logo, não foi reconhecido como trabalho pelas participantes, acreditamos que pela falta de reconhecimento na sociedade desta atividade, bem como por não gerar renda de forma direta para a família. Porém, depois de um diálogo recheado de questionamentos e respostas, chegamos à conclusão que ser dona de casa faz parte da produção e reprodução da vida humana, reconhecemos que existem tarefas específicas que são necessárias para a vida em sociedade. No final do debate, a mesma participante fez uma nova afirmação: *“Sim, trabalho e muito como dona de casa”*.

O tipo de trabalho mais exercido pela maioria das participantes no PGR é o de artesã/artesão, a participante 4 disse: *“Faço artesanatos variados. Amo o que faço e vendo em Camaragibe nas segundas e quartas, sou artesã!”* No entanto, para a participante 5 esse reconhecimento é fragilizado: *“Sou apenas artesã no PGR, trabalho com MDF em caixinhas, tapete, sabonete, bijuteria”*; expressa a dificuldade de reconhecer essa atividade como um tipo de trabalho. Compreendemos que, na maioria das vezes, a invisibilidade do trabalho afeta a valorização e reconhecimento da artesã.

Todavia, acreditamos que através da confecção de produtos artesanais, negociação e divulgação dos produtos em feiras e eventos, seja possível o PGR mostrar a comunidade, a possibilidade do resgate da autonomia e a convivência com as pessoas que têm experiência com a loucura. Sendo assim, reconhecemos que o PGR lida com princípios como formação de vínculo, fortalecimento de autoestima, envolvimento afetivo, capacidade criativa e novas sociabilidades dentro do território.

Ainda, algumas participantes atribuíram a atividade de trabalho a maternidade e a higienização pessoal, outro ponto de reflexão e problematização. A princípio, sentimos dificuldade de fazer esse reconhecimento, no entanto, chegamos à conclusão que partindo da lógica que na higiene pessoal está contido o cuidado de si e que essa atividade influencia na sua relação com o mundo, passamos a reconhecê-la enquanto trabalho. Na releitura foucaultiana feita por Bub (2006, p. 153), o ‘cuidado de si’ é um construção moderna donde *“os trabalhos que um sujeito realiza vinculados ao cuidado de si aparecem como uma fórmula com a qual deve-se resistir aos embates e processos de (des)subjetivação por parte do Estado”*, portanto, o ‘cuidado de si mesmo’ não deve estar desvinculado do ‘conhece-te a ti mesmo’.

Na maternidade está contida a reprodução social da vida. Compreendemos que há socialização e subjetividades envolvidas, que podem não gerar renda, mas geram vida, assim como, nos coloca na condição da realização do ser social e determina a identidade dessas pessoas. Assim, concordamos com Diniz (2016) quando ela afirma que maternidade como trabalho social e não como mera responsabilidade individual da mulher, mas da sociedade que recebe aquele novo cidadão ou cidadã na plenitude dos seus direitos.

A discussão sobre os “sentidos” atribuídos ao trabalho e como os seres humanos podem fazer uso do trabalho como instrumento de expressão de sua liberdade e desejos, está relacionado a forma de como é percebido e vivenciado no seu cotidiano. Por isso, o trabalho pode ser entendido como algo que potencializa a vida (ANTUNES, 2009).

As pessoas que foram entrevistadas iniciaram sua trajetória de trabalho ainda na infância ou na adolescência, isto é, começaram a trabalhar muito cedo, como coloca o entrevistado abaixo sua trajetória de trabalho:

*“Eu comecei a trabalhar na infância, porque os jovens de hoje só pode trabalhar acima de 18 anos, né? E eu comecei a trabalhar com carteira assinada aos 14 anos, saía de casa às quatro da manhã e às vezes chorava dentro no ônibus, porque não sabia o que estava fazendo, saía de casa para trabalhar na fábrica às quatro da manhã, quando largava de duas ia para escola, quando chegava em casa às oito da noite, tomava banho, tomava um prato de sopa e me deitava e quando pensava que estava dormindo, já estava me acordando para ir trabalhar de novo... Ao passar dos tempos fui para o exército, ao sair do exército voltei a trabalhar na fábrica; quando sai da fábrica, fui trabalhar no carro forte... foi quando aconteceu um acidente comigo, levei quatro tiros, o médico disse que estava tudo bem comigo e que ia ter uma vida de príncipe, e essa vida de príncipe eu espero até hoje, que já estou com 59 anos esperando essa vida de príncipe aqui na terra... (Participante 7)”*

Percebe-se como é atribuído ao trabalho, o aspecto ruim, como algo prejudicial, que comprometeu e criou marcas na sua vida, a qual vive buscando superar o adoecimento causado. No entanto, para outras participantes mesmo começando a trabalhar na adolescência, expressaram a satisfação em realizar o trabalho ao longo das suas vidas, por fazerem o que gosta, como consta abaixo:

*“Eu sou artesã... Aí eu comecei tinha dezessete anos, fazendo trabalho manual, fazendo tapeçaria, trabalhei vinte anos fazendo tapete na mão, aí depois que eu casei ainda continuei trabalhando em fazer tapetes e depois fui trabalhar em fábrica, mas fiquei sempre fazendo meus*

*artesanatos... e eu amo o que faço, enquanto Deus não me levar eu estou aproveitando... (Participante 4)”*

Por isso, descobrimos que são muitos os sentidos atribuídos ao trabalho, que tanto pode ser percebido como fonte de prazer e reconhecimento pessoal, como pode ser fonte de sofrimento, ameaçando a saúde física e mental de quem o realiza, podendo até desencadear transtornos mentais, como ocorreu com algumas participantes da pesquisa.

Todas as pessoas entrevistadas alegaram que entendem a realização do trabalho como uma necessidade para a sobrevivência humana, seja financeira, seja ocupacional, e que o desemprego, também é motivo de grande sofrimento e limitações.

Entretanto, existem atividades que promovem a saúde mental, assim como outras a prejudicam. Não se trata necessariamente da atividade em si, mas principalmente dos vínculos, das relações interpessoais, e da forma como o processo de trabalho está organizado, a organização e o planejamento das atividades nas oficinas do PGR, por exemplo, são flexíveis, para que os/as participantes expressem seus desejos e suas necessidades. Desta forma, o trabalho passa a funcionar como um mediador de saúde e, nesse contexto da saúde mental consegue se aproximar do processo da reabilitação psicossocial, bem como da inclusão social.

Nos serviços substitutivos da RAPS, ainda é muito realizado o trabalho assistido ou protegido, que é a realização de atividades que servem para ocupar a mente e/ou o tempo ocioso, buscando respeitar o tempo e a limitação de cada pessoa com sofrimento psíquico, podendo ou não, gerar renda. Esse é o caso do PGR que, neste momento, não consegue superar o trabalho como terapêutico, como é bem enfatizado pela participante abaixo:

*“O Geração de Renda não tem que gerar só renda porque assim, é terapia? É! Porque ocupa a mente da gente, a gente vem fica mais alegre, conversa com os colegas, encontra com os colegas... E com relação a só gerar renda não pode, acho que não pode porque assim cada um tem sua limitação, vai que chega o dia em que cada um tem sua quantidade de trabalho e aquela pessoa não está muito bem, como é que fica? (Participante 5)”*

Todavia, existe participante que compreende o espaço do PGR como um potencial para realizar o trabalho com uma rede social que faz toda a diferença em sua vida, mas pela situação de precarização que o PGR está vivenciando, encontra-se impossibilitada de realizar o trabalho como gostaria.

Desta maneira, acreditamos que o trabalho a partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica é um direito e deve ser respeitado, o qual não deve ser reduzido apenas à condição do tratamento. A relação que a pessoa tem com o trabalho, constrói uma rede de significados que influenciam outras esferas da sua vida. É no trabalho emancipado que a pessoa vai encontrar os elementos de construção de sua identidade, por meio da relação com a cultura, da auto realização e do reconhecimento social, ou seja, a cidadania.

Entendemos que a transição entre forma distintas de trabalho (de explorado ao emancipado) é algo longo e requer processos de (des-re)subjetivação constantes do trabalho, podendo passar pelo trabalho assistido, como no caso das participantes dessa pesquisa.

Assim, para Benedetto Saraceno (1996), o trabalho é uma conversa entre o que se quer, o que se precisa e o que se deseja. É o meio de sustento e também de auto realização, em que se produzem e trocam mercadorias e valores, provocando a construção de redes e relações entre sujeitos sociais. Portanto, é nesse contexto em que se insere o PGR.

Acreditamos que o encontro das pessoas com experiência na loucura com as pessoas ditas “normais” nas iniciativas de trabalho e geração de renda possibilitaria a mudança da concepção desses espaços enquanto trabalho terapêutico e institucionalizado para espaço de trabalho com sentido, significado e valor social, efetivando, de fato, a participação na vida social. Vemos assim uma possibilidade de encontro com as práticas da economia solidária.

Ao valorizar somente a inclusão pela renda, valorizamos ainda mais o consumismo, fortalecendo o modelo capitalista que exclui, separa as pessoas e dá méritos a quem tem mais sucesso e acumula coisas e bens (DUBEUX, 2012). A aproximação das práticas de saúde mental e economia solidária deve se dar a partir do protagonismo das mulheres e no desejo por outro mundo possível, através da construção de novas relações econômicas, sociais e ecológicas construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos no território. Consideramos, que o PGR precisa ter no seu horizonte a perspectiva da economia solidária, do trabalho emancipado, em prol da reabilitação psicossocial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos dizer que os sentidos do trabalho encontrados no discurso das participantes se baseiam em diferentes concepções de acordo com as suas vivências, atribuindo a promoção da saúde ou do adoecimento, ao prazer e ao desprazer, mas

sobretudo o sentido do trabalho é percebido como importante a sua realização para suprir as necessidades da sobrevivência humana, e desta maneira, é tido com potencialidade para a reprodução da vida.

No entanto, em seu conjunto pode-se dizer que o trabalho realizado pelas participantes no Projeto Geração de Renda encontra-se numa tensão de existir o trabalho terapêutico e o trabalho produtivo, ficando evidente que hoje estar sendo realizado o trabalho protegido e terapêutico ao invés do trabalho emancipado, pode ser que este seja o caminho a ser trilhado, e a medida que forem atribuindo novas concepções e realizando novas práticas consigam superar o trabalho protegido para vivenciar o trabalho emancipado no Projeto Geração de Renda “Mentes que Fazem”.

O processo de reabilitação psicossocial para sujeitos com experiência na loucura precisa ir além de gerar renda e trabalho. A reabilitação psicossocial, quando atrelada ao trabalho emancipado, promove a participação democrática e constrói cidadania, autonomia e coletividade.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ANDRADE, Márcia Campos (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n.1, p.174-191. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932013000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 fev. 2016.

ANTUNES, R (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

ARRUDA, M (2003). Trabalho emancipado. In A. D. Cattani (Org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

BUB, M.B.C (2006). A noção de cuidado de si mesmo e o conceito de autocuidado na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis; 15 (Esp): 152-7.

CAMARAGIBE, (2013). Prefeitura Municipal – Coordenação de Saúde Mental. Projeto Geração de Renda – Mentes que Fazem.

DINIZ, S.G (2016). Maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada – Breve história de uma luta. Acessado em: 15/04/2017. Disponível em: [http://mulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/10/maternidade\\_voluntaria.pdf](http://mulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/10/maternidade_voluntaria.pdf)

DUARTE, Jorge (2005). Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.

DUBEUX, A (2012). A concepção da economia solidária que orienta nossa ação. In: DUBEUX, A. et al. *A construção do conhecimento em economia solidária*:

sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no nordeste. Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, p. 15-38.

FILIZOLA, C. L. A., TEIXEIRA, I. M. de C., MILIONI, D. B., PAVARINI, S. C. L (2010). Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. Revista da Escola de Enfermagem da USP, Brasil, v. 45, n. 2, p. 418-425. ISSN 1980-220X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40717>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

FOUCAULT, M (2003). A história da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva.

GILL, Rosalind (2010). Análise de Discurso In: BAUER; GASKELL (Org.) Martin e Georg. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

GUERRA, A. L. C (2008). Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In C. M. Costa, & A. C. Figueiredo (Orgs.), Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania (pp. 23-57). Rio de Janeiro: Contra Capa.

NETTO; BRAZ (2011). Economia Política: Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez.

SARACENO, B (1996). Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. M. F. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec. p. 13-18.

SAWAIA, B (2006). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SINGER, P (2003). Economia solidária. In A. D. Cattani (Org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C (2006). Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais graves. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*.